

AVALIAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL: ENTREVISTA COM O PROFESSOR LIVIO AMARAL

CLARILZA PRADO DE SOUSA

RESUMO

Nesta entrevista, o professor Livio Amaral, que ocupou o cargo de Diretor de Avaliação da Capes no período de 2009 a 2015, aborda questões sobre a validade e fidedignidade da avaliação da pós-graduação, as críticas à visão predominantemente quantitativa do modelo de avaliação adotado, bem como da relação entre a boa produtividade dos professores, aferida por meio de sua produção bibliográfica, e a nota obtida pelos programas de pós-graduação.

PALAVRAS-CHAVE AVALIAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO • AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO • CAPES • BRASIL.

RESUMEN

En esta entrevista, el profesor Livio Amaral, que ocupó el cargo de Director de Evaluación de la Coordinación de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) en el periodo comprendido entre el 2009 al 2015, aborda cuestiones relativas a la validez e confiabilidad de la evaluación del postgrado, críticas a la visión predominantemente cuantitativa del modelo de evaluación adoptado, así como la relación entre la buena productividad de los profesores, verificada por medio de su producción bibliográfica y la nota obtenida por los programas de postgrado.

PALABRAS CLAVE EVALUACIÓN DEL POSTGRADO • EVALUACIÓN DE LA EDUCACIÓN • CAPES • BRASIL.

ABSTRACT

In this interview, professor Livio Amaral, who held the position of Director of the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior [Evaluation of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel] (Capes) from 2009 to 2015, addresses questions about the validity and reliability of the evaluation of graduate programs, the criticism towards the predominantly quantitative view of the evaluation model adopted, as well as the relationship between the good productivity of professors, measured through their bibliographic production, and the grade obtained by graduate programs.

KEYWORDS EVALUATION OF GRADUATE PROGRAMS • EVALUATION OF EDUCATION • CAPES • BRASIL.

APRESENTAÇÃO

Professor Livio Amaral é formado em Física, com mestrado e doutorado em Física pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), tendo realizado pós-doutorados em Paris, na França, e em Amsterdam, na Holanda. Desde 1998, ao lado de sua carreira de docente e pesquisador, que o tornou professor titular do Departamento de Física da UFRGS, vem exercendo diversos cargos de representação, consultoria e administração na UFRGS, em agências do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), Ministério da Educação (MEC) e Fundações de Amparo à Pesquisa, bem como na Sociedade Brasileira de Física (SBF). Tem mais de 150 publicações em revistas especializadas e orientou e coorientou 31 mestres e doutores. Em 2006, recebeu a comenda da Ordem Nacional do Mérito Científico, e Grão Cruz, em 2009; em 2007 recebeu o Prêmio FAPERGS/Copesul¹ – Pesquisador Destaque na área de Física e Astronomia. A partir de 2009 até muito recentemente, exerceu o cargo de Diretor de Avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento do Ensino Superior (Capes). Atuando nesse cargo, professor Livio teve a oportunidade

¹ FAPERGS: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul; Copesul: Companhia Petroquímica do Sul.

de produzir uma mudança significativa no ordenamento do processo avaliativo dos Programas credenciados pela Capes. Inúmeros são os aspectos a destacar, todos norteados pelo princípio de transparência e crescente participação da comunidade de todas as áreas de conhecimento. Em particular, é preciso destacar a completa modificação do processo de coleta de dados. O desenvolvimento da Plataforma Sucupira – uma ampla plataforma de consulta aberta e em tempo real, considerada referência para o Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) –, sob sua coordenação, modificou a concepção de coleta e organização de dados, criou as bases para que novos processos avaliativos e novos indicadores possam ser desenvolvidos. A sistematização de critérios e rotinas dos procedimentos de avaliação foi outro ponto significativo desenvolvido em sua gestão. Somente a garantia de critérios comuns e estáveis poderá assegurar e legitimar o processo avaliativo e decorrentes resultados. Finalmente, é preciso ressaltar que em sua gestão foram desenvolvidas sistemáticas avaliativas que contemplaram as áreas de humanidades, sempre discutidas e referendadas no conjunto das demais. É o caso das avaliações de livros. Considerando que nas áreas de ciências humanas, ciências sociais aplicadas e linguística, letras e artes, a produção intelectual, científica e acadêmica de professores e alunos de pós-graduação se expressa majoritariamente em livros, prof. Livio Amaral procurou apoiar o debate, a concepção e formulação de processos avaliativos que conferissem rigor crítico e efetiva operacionalidade à análise desse tipo de produção, fazendo-os equiparar-se à avaliação da produção bibliográfica expressa em periódicos.

Professor Livio Amaral (LA), gostaríamos, em primeiro lugar, de apresentar brevemente a revista *Estudos em Avaliação Educacional*. O EAE, como é também chamada, é a primeira revista brasileira dedicada ao tema da avaliação educacional. É um periódico quadrimestral, criado em 1990, como desenvolvimento da revista *Educação e Seleção* (1980-1989). Atualmente sua classificação em educação é A2.

Para o ano de 2015, a comissão editorial decidiu pela inclusão de uma nova seção neste periódico, na qual deverão ser publicadas entrevistas com especialistas e/ou responsáveis por avaliações educacionais em seus diferentes âmbitos e dimensões.

Assim, sendo um dos principais responsáveis pela reestruturação ocorrida nas políticas de avaliação da pós-graduação no Brasil nos últimos anos enquanto Diretor de Avaliação da Capes, o convidamos para esta primeira entrevista do EAE.

Uma boa avaliação deve ser fidedigna e válida. A avaliação da pós-graduação promovida pela Capes pode ser considerada um processo fidedigno e válido? Quais são os dados que justificariam suas afirmações?

LA: A própria apresentação, acima, da EAE, reafirma sobejamente quão vasto, complexo e permanente é o tema – avaliação: fundamentos, conceitos e operacionalidades.

Se assim não fosse, como entender a realidade da existência da EAE desde o início dos anos 1990, e de vários outros periódicos no Brasil e no mundo sobre o tema?

Ao se acompanhar os estudos publicados na EAE, identifica-se, igualmente, que avaliação enquanto processo é necessária e obrigatoriamente uma atividade de múltiplos e variados atores com os seus vieses de fundamentos, de modelos, de ideologias, de identificações e apreensões de realidades sociais, econômicas, territoriais, etc.

Nesse contexto, a questão mais específica sobre o processo de avaliação da pós-graduação brasileira pela Capes ser fidedigno e válido deve, ao meu ver, considerar dois distintos momentos e, necessariamente, nesta ordem: modelo (concepção) e aplicação (operacionalidade).

Como modelo, pretende-se avaliar se um curso de pós-graduação em educação de alto nível (formalmente pós-graduação *stricto sensu* – mestrado e doutorado) e a qualidade dessa formação. Para tanto, considera aspectos de infraestrutura física e gestão institucional, estrutura conceitual-disciplinar, áreas de concentração e linhas de pesquisa, qualificação dos docentes e aderência dos mesmos às temáticas das propostas e objetivos do programa, inserção social e, significativamente, a geração de novos conhecimentos dos professores e alunos derivados dos respectivos mestrados e doutorados.

O atual modelo considera esses aspectos com diferentes valorações quando expressa o resultado em um só e único parâmetro, no caso por uma nota trienal (agora quadrienal) entre 1 e 7.

Nos últimos anos, observa-se que existe uma boa convergência e aceitação da comunidade que esses quesitos e itens são adequados e válidos, quando se pretende fazer uma avaliação universal, ou seja, uma mesma e similar avaliação para as atuais 48 áreas de conhecimento consideradas na Capes. Porém, existe menor consenso interno em cada área e entre as diferentes áreas, seja enquanto conceitos fundamentais, seja nas evidências empíricas, quando se pretende justificar as valorações relativas dos diferentes quesitos e itens, portanto, quanto à fidedignidade e validade daquilo que vem sendo praticado.

Quando se aborda a aplicação (operacionalidade) do modelo, devemos considerá-lo da seguinte forma. Toma-se um modelo bem definido e parametrizado, que não será mais, em nada, questionado no momento da aplicação. Nesse caso a fidedignidade e validade serão tão maiores quanto mais seja possível reproduzir o resultado. Em outros termos, quando se puder chamar diferentes e independentes grupos de avaliadores que possam se apropriar rapidamente do que consiste o modelo e aplicá-lo para produzir o resultado, no caso uma nota entre 1 e 7. Quanto mais um maior número de vezes se refizer independentemente a avaliação e se chegar ao mesmo resultado, mais e mais fidedigno e válido terá sido o processo. Quando se consideram

as últimas avaliações trienais e, a cada ano, as avaliações de cursos novos (APCNs), identificamos que isso tem acontecido. Em síntese, uma vez adotado “o modelo e seus parâmetros”, ocorre uma boa reprodutibilidade e, por via de consequência, temos tido uma avaliação da pós-graduação fidedigna e válida.

Do ponto de vista político, como o senhor analisa a validade dessa avaliação?

LA: Ao longo dos últimos anos, em muitos e muitos encontros, seminários e reuniões, apresentei um quadro, dizendo que era a figura de referência e síntese da pós-graduação brasileira. Nesse quadro, se expressa o crescimento do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG), mostrando quantos cursos novos foram recomendados na avaliação da Capes a cada ano.

Colocado ano a ano, desde o meio dos anos setenta até hoje, o que se observa é uma linha contínua e crescente, sem qualquer comportamento abrupto. Ou seja, não existiu um momento, ao longo dessas mais de três décadas, que tenha havido uma explosão no número de novos cursos, ou períodos de estagnação, ou, ainda, épocas de forte retração com desaparecimento espontâneo ou desativação por razões extra-acadêmicas. Em síntese, houve um monótono crescimento, sempre com qualidade assegurada pela avaliação, seja no início dos programas, seja periodicamente (já foi bianual, trienal, e agora será quadrienal).

Não existe, no meu conhecimento, durante o mesmo intervalo de tempo, outros setores e realidades da educação brasileira, em qualquer nível, que tiveram comportamento similar. Como durante essas décadas o país teve enormes mudanças políticas e de governos, pode-se afirmar que na pós-graduação tivemos uma política de estado e não de governo.

Há, na área de educação e na área de humanas em geral, uma crítica à visão demasiada quantitativa da Avaliação da Pós-Graduação/Capes. Como o senhor analisa essa questão?

LA: Essa visão que existe uma avaliação excessivamente quantitativa traz uma distorção, pois não se sustenta exatamente na realidade. Quando se considera a ficha de avaliação – que é praticamente a mesma para qualquer um dos mais de 3800 programas de pós-graduação (PPGs) em qualquer uma das 48 áreas – vemos que constam quesitos e itens sobre os aspectos mencionados acima, na segunda questão (estrutura conceitual-disciplinar, áreas de concentração e linhas de pesquisa, qualificação dos professores, etc.). Evidentemente, esses itens não comportam, por natureza intrínseca, uma avaliação quantitativa.

A avaliação da Capes avalia os Programas de Pós-Graduação ou avalia os seus professores?

LA: A avaliação da Capes, por conceito e fundamentação, é sobre os PPGs. No entanto, também aqui aparece por vezes uma certa distorção naquilo que é expresso pela comunidade. Essa distorção deriva do uso errôneo e indevido que passou a ser feito do “qualis-periódico” e da “classificação de livros”.

Esses “instrumentos de avaliação” foram elaborados com fundamentos e têm lógica somente quando aplicados na avaliação comparativa de PPGs em um bem definido período, antes trienal e agora quadrienal. É errôneo e indevido usá-los para avaliação individual de docentes e discentes em qualquer circunstância, como por exemplo, de projetos, concursos, progressões funcionais, etc. Com esse uso indevido, que ocorre cada vez com mais frequência, vê-se como consequência afirmações que a avaliação da Capes é sobre professores.

Bastaria que os professores tivessem boa produtividade para se ter um bom programa com notas 6 e 7? Sugestão: qual é a relação entre a boa produtividade dos professores, aferida por meio de sua produção bibliográfica, e a nota obtida pelos programas?

LA: As considerações na resposta da questão acima mostram que não existe relação direta entre avaliação de programas

e de indivíduos, em particular a produção de um PPGs e o desempenho individualizado dos respectivos professores e de alunos.

Qual a relação que a Avaliação da Pós-Graduação/Capes estabelece com outras avaliações educacionais de larga escala realizadas pelo Ministério da Educação (MEC), como o Enade, Enem, Saeb² e a Prova Brasil?

2 Enade: Exame Nacional de Desempenho de Estudantes; Enem: Exame Nacional do Ensino Médio; Saeb: Sistema de Avaliação da Educação Básica.

LA: Essas outras avaliações são voltadas, essencialmente, para o ensino fundamental e médio e, portanto, não se tem relações diretas com elas e a avaliação da pós. Porém, com o fato de que a Capes passou a ter, nos anos mais recentes, ações e incidência na educação básica e formação de professores, pode-se pensar que teremos no futuro um crescente diálogo entre essas várias avaliações sistêmicas, desde ensino fundamental até a pós-graduação.

Em que partes ou aspectos o senhor considera que a avaliação da pós-graduação promovida pela Capes deveria ser aprimorada prioritariamente?

LA: Como mencionado acima, avaliação é objeto de permanente formulação e, portanto, de inevitáveis e obrigatórias mudanças, independentemente de se dizer que isso vai aprimorá-la prioritariamente, pois tal envolve juízo de valor. No entanto, estamos em momento de uma mudança muito significativa com a implementação da Plataforma Sucupira.

Em síntese, a plataforma propõe ser: um portal de consulta pública contínua e em tempo real do SNPG; um instrumento para acompanhamento e formulação de planejamentos institucionais-acadêmicos; um banco de dados e informações para diagnósticos, ações, políticas públicas, etc. de parte das agências de fomento e dos mais diferentes órgãos governamentais; um banco de dados e informações para estudos, modelagem, dissertações e teses sobre a pós-graduação; um sistema com total transparência e acessibilidade, acompanhamento e prévio conhecimento pela comunidade acadêmica sobre a correção/precisão dos dados e

informações utilizados em momentos de avaliação quadrienal e nos seminários de acompanhamento anuais.

Essa característica da plataforma passar a ser uma referência de permanente acesso público aos dados, chancelados quanto à correção, precisão e transparência, vai oportunizar um novo patamar nas formulações, nos modelos e decorrentes debates sobre a avaliação da pós-graduação brasileira. Até hoje, tínhamos várias propostas e modelos que rapidamente se esgotavam pela impossibilidade de serem aplicados sobre um mesmo conhecido e consolidado conjunto de dados. Como consequência, não se podiam ter e comparar os resultados desses modelos quando de fato aplicados na realidade. Com a plataforma, passa-se a ter essa possibilidade de rápida e imediata aplicação aos dados, para continuar a discussão sobre quais mesmo são as conclusões que um modelo produz.

Toda avaliação deve ser articulada ao processo de Tomada de Decisão. A Capes promove os processos de decisão a partir dos resultados da avaliação da Pós-Graduação (PG)? Poderia exemplificar como isso é feito?

LA: Desde que a avaliação da Capes começa a existir, nos anos sessenta, sempre ocorreu no SNPG o virtuoso círculo de avaliar, induzir, fomentar e reavaliar periodicamente. Isso determinou as decisões que resultaram novas áreas, novos PPGs, novas ênfases político-acadêmicas no SNPG.

Nos últimos anos, a Capes promoveu a expansão dos mestrados profissionais, em diferentes áreas. Como o senhor analisa a expansão desses programas? A avaliação da Capes para o mestrado profissional (MP) está estruturada por meio dos mesmos princípios e instrumentos desenvolvidos para avaliação dos programas de mestrado e doutorado acadêmico?

LA: O mestrado profissional passou a existir a partir do início dos anos 2000 e ganhou um novo impulso com uma portaria ministerial ao final de 2009, sendo que hoje temos da ordem de 550 cursos nessa modalidade.

No início, a grande maioria das propostas para MP advinha de bem consolidados grupos na pós-graduação, portanto com características e formulações próximas ao que eram os seus respectivos mestrados acadêmicos. Por outro lado, a avaliação das propostas também procurava uma base e legitimação próximas ao que ocorria no lado acadêmico, notadamente mantendo forte pontuação na produção intelectual expressa como artigos em periódicos.

E, além disso, deve-se considerar que um grande número das 48 áreas passou muitos anos sem ter mestrado profissional, ou tendo apenas um ou dois cursos na modalidade. Isso, por via de consequência, determinava a impossibilidade de comparação entre iguais e inexoravelmente levava à comparação com os acadêmicos da área.

No entanto, nas trienais de 2010 e 2013, nas áreas que já tinham um número bem significativo de mestrados profissionais, tais como Odontologia, Ensino, Administração, Engenharias, etc., foram feitas avaliações notadamente diferenciadas entre parte acadêmica e profissional, como pode ser constada nas fichas de avaliação daqueles triênios. No momento, encontram-se em curso a discussão e preparação para que no futuro as avaliações dos MPs sejam feitas totalmente separadas. Assim, teremos avaliações totalmente diferenciadas e independentes, seja quanto às datas, às comissões e quanto às pontuações relativas dos quesitos e itens.

Em nome dos avaliadores educacionais, agradecemos sua atenção e participação.

CLARILZA PRADO DE SOUSA

Pesquisadora sênior da Fundação Carlos Chagas (FCC) e professora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), São Paulo, São Paulo, Brasil

csousa@fcc.org.br